



Prefeitura
Municipal de
Cordeirópolis

Cordeirópolis

Lei Complementar nº 145
de 17 de junho de 2009

**Dispõe sobre alteração na Lei Complementar
nº 142/2009 e dá providências correlatas.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS, Estado de São Paulo,
FAÇO SABER que a **Câmara Municipal de Cordeirópolis** decreta e eu
sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º. Fica inserido parágrafo único no art. 15 da Lei Complementar de nº
142/2009, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Será assegurado aos empregados e
servidores à prática de atos sindicais garantidos pela
Constituição Federal."

Art. 2º. O artigo 18 da Lei Complementar 142/2009 passa a ter a seguinte
redação:


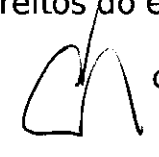
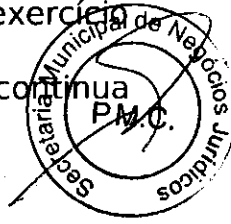
"Art. 18. - A advertência será aplicada, por escrito, após a
realização de regular procedimento administrativo disciplinar, nos
casos de violação da proibição constante do art. 15, nos incisos de I
a X, e de inobservância de dever funcional previstas no art. 14 e em
demais leis, regulamentos ou normas internas, desde que não
justifique imposição de penalidade mais grave."

Art. 3º. O artigo 19 e seus parágrafos da Lei Complementar de nº 142/2009
passa a ter a seguinte redação:

"Art. 19. A suspensão será aplicada, após a realização de regular
processo administrativo disciplinar, em caso de reincidência das
faltas punidas com a advertência e de violação das demais
proibições que não tipificarem infração sujeita penalidade de
demissão.

§ 1.º Será punido com suspensão o funcionário público
que, injustificadamente nos termos da Lei, apesar de notificado,
recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela
autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade, uma
vez cumprida à determinação.

§ 2.º O funcionário público suspenso perderá, durante o
período de suspensão, todas as vantagens e os direitos do exercício
do cargo ou emprego público."



continua
P.M.C.




Art. 4º. Os artigos 23 e 24, da Lei Complementar de nº 142/2009, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 23. Da sindicância poderá resultar o arquivamento do procedimento ou a instauração de processo disciplinar administrativo.

Art. 24. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor público ensejar a imposição de penalidade de advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade será obrigatória à instauração de processo disciplinar administrativo.”

Art. 5º. As despesas para execução desta lei estão previstas no orçamento e serão suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, aos 17 de junho de de 2009, 61 da Emancipação Politico Administrativa do Município.

CARLOS CEZAR TAMIAZO
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Redigida e lavrada na Coordenadoria Administrativa - Secretaria Municipal de Administração. Publicada, e registrada no Paço Municipal **“ANTONIO THIRION”**, em 17 de junho de 2009.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo chefe
Secretaria Municipal da Administração

